

# A IDEOLOGIA RELIGIOSA E OS COMEÇOS DA IMPRENSA EM PORTUGAL

Por Geraldo J. A. Coelho Dias

## 1 — Introdução

Na cidade do Porto, espécie de Leninegrado em Portugal, porque segunda cidade do país e cidade da liberdade e do trabalho, realizou-se no passado mês de Abril uma exposição de incunábulos. Também em Lisboa, na Biblioteca Nacional, está patente até 30 de Junho uma mostra de 150 incunábulos dos 1350 que tem a Biblioteca Nacional de Lisboa, mas enriquecida com alguns cimélios tipográficos idos de Madrid, Londres e Rio de Janeiro. Todo este alvoroço pretende celebrar o quinto centenário do primeiro livro impresso em português na cidade fronteiriça do norte, em Chaves. Embora discutível a data, por faltar o cólofon original, terá sido em Chaves que, a 18 de Abril de 1488, foi impresso em português o *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial, arcediogo de Valdeiras, em Espanha.

Julguei, pois, que, ao entrarmos na galáxia da electrónica, segundo a classificação de Marshall Mc Luhan, poderia trazer aqui, para enriquecimento mútuo, algo do como entre nós começou a processar-se a galáxia de Gutenberg. Na verdade, a imprensa foi, desde o século XV até hoje, o grande instrumento de divulgação da cultura, o elo de ligação mental que mais aproximou os povos. Alargando os circuitos de informação, enquanto veículo de propaganda ou anti-propaganda ideológica, bem de pressa o estado absoluto quis submetê-la e controlá-la. Feita quarto poder ou contra-poder, tornou-se, desde logo, senhora da liberdade. Quis, por isso, com esta comunicação, fornecer uma panorâmica geral e rápida de como começou a imprensa em

Portugal e quais os suportes ideológico-económicos que lhe estiveram subjacentes, ou seja, apresentar os seus elementos dinamizadores. Julgo que estes encontros de historiadores, de quadrantes geográficos tão distantes e línguas tão diferentes, para além de porem em confronto metodologias de trabalho científico e resultados de investigação pessoal nas diversas áreas da História, também deveriam equacionar problemas e acontecimentos mais ou menos comuns. É isso precisamente que vou fazer a propósito da Imprensa entre nós. Já agora, muito agradecia que me dissessem em que data ela entrou na União Soviética (Rússia), já que não encontrei informação precisa a este respeito.

É comum dizer-se que Gutenberg é o pai da Imprensa e que ele terá estabelecido em 1438 a primeira oficina de impressão em Estrasburgo. Mas em 1449 já estava em Mogúncia (Mainz) onde, em 1455, imprimiu a célebre Bíblia, considerada o primeiro cimélio da arte tipográfica. Depois, a imprensa irradiou para outros países. Em 1465 já está na Itália e, no mosteiro beneditino de Subiaco, perto de Roma, usam-se pela primeira vez os caracteres latinos, de tipo redondo ou românico por oposição aos de aresta, góticos ou alemães<sup>1</sup>. A França conheceu a Imprensa em 1469, a Espanha em 1472 e Portugal em 1487. Olhando para leste, a Polónia já a tem em 1474. E a União Soviética terá sido só em 1555?

## 2 — Os primórdios da Imprensa em Portugal: 1487-1500

Para Portugal procurarei dar uma panorâmica em relação aos incunábulo conhecidos desde 1487 a 1500, convencido, porém, de que se a história do livro no nosso país não é uma terra incógnita é, pelo menos, um campo a revolver, glosando a bela frase de Lucien Febvre «l'histoire du livre, terra incognita». Com efeito, ainda há um quarto de século se afirmava que o primeiro livro impresso em português tinha sido a *Vita Christi*, em 1495, até que José V. Pina Martins, em 1965, dava a conhecer o *Tratado da Confissom*, impresso em Chaves a 8/IV/1488<sup>2</sup>. E agora é Rosemarie Erika Horch, do Brasil, que tenta provar que, afinal, foi o *Sacramental* de Clemente Sanchez Vercial, uma vez que se poderia reconstituir o seu cólofon, por informação bibliográfica pos-

<sup>1</sup> CAROSI, G. P. — *La Stampa da Magonza a SubiACO*, Subiaco, Edizioni S. Scolastica, 1976.

<sup>2</sup> *Tratado de confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489). Fac-símile do exemplar único pertencente ao Dr. Miguel Gentil Quina. Leitura diplomática e estudo bibliográfico* por José V. de Pina Martins, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

terior, e atribuir-lhe a data de impressão em Chaves a 18/IV/1488<sup>3</sup>. Mas já antes se conhecia o *Pentateuco* de Faro, ali impresso em 1487, mas em caracteres hebraicos.

A descoberta de incunábulos continua em aberto, embora o estudo de Artur Anselmo<sup>3</sup> se possa considerar exaustivo e seguro quanto ao material conhecido.

Ao todo conhecem-se 30 incunábulos impressos em Portugal e distribuídos por três línguas: em hebraico 13, em latim 9, em português 8. Eles são as únicas fontes directas para testemunhar a arte de impressão entre nós e, como tais, constituem verdadeiros paleótipos da imprensa no nosso país, 13 para a religião judaica e 17 para cristãos.

1 — *Os incunábulos hebraicos*. Pelos dados conhecidos, não restam dúvidas de que os hebreus foram os primeiros impressores em Portugal<sup>4</sup>. Desde 1487, quando se imprimiu em Faro o *Pentateuco* hebraico, até à expulsão dos judeus em Dezembro de 1496, imprimiram-se 13 livros hebraicos, distribuídos por três centros.

— Em Faro, de 1487 a 1492, o judeu Samuel Gacon (porteiro) imprimiu dois livros: *Pentateuco* (30/VI/1487); *Talmud* (1492?).

— Em Lisboa, de 1489 a 1492, o judeu vindo de Toledo, Elieser Toledano, imprime oito livros: *Novas da Lei* ou *Comentário ao Pentateuco* (16/VIII/1489); *Comentário à ordem das Orações* (25/XI/1489); *Livro de Orações*, (1490?); *Caminhos do Mundo. Livro do Temor. Segredos da Penitência* (1490?); *Pentateuco* (VII/VIII/1491); *Provérbios de Salomão* (1492?); *Isaias e Jeremias* (1492); *Leis da Matança* (1492?)

— Em Leiria, de 1492 a 1496, o judeu Samuel d'Ortas e seus filhos imprimem três livros: *Provérbios de Salomão* (25/VII/1497); *Profetas Primeiros* (26/I/1494); *Caminho da vida* (12/VI/1495);

A família dos Ortas parece ser oriunda de França, mas todos estes judeus vêm certamente de Espanha fugidos à Inquisição de Fr. Tomás de

---

<sup>3</sup> HORCH, Rosemarie Erika — *O primeiro livro impresso em língua portuguesa*, «Prelo», Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, n.º 10, 1986, 9-18.

<sup>4</sup> ANSELMO, Artur — *Origens da Imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981.

<sup>5</sup> SANTOS, António Ribeiro dos — *Memórias da literatura sagrada dos Judeus portugueses, desde os primeiros tempos da Monarquia, até fins do século XV*, «Memórias de Literatura Portuguesa», Lisboa, Academia das Ciências, T. 2, 1792, 236-414; AMZALAK, Moses Bensabat — *A tipografia hebraica em Portugal no século quinze*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

Torquemada (1486) que já em 1484 publicara o 1.º código inquisitorial espanhol de nítido pendor anti-judaico. Aliás, o acontecimento decisivo para a vinda de judeus espanhóis para Portugal deve ter sido a perseguição dos Reis Católicos (1487). O rabi Elieser Toledano, isto é, de Toledo, foi o tipógrafo que mais livros imprimiu em Portugal e trás no sobrenome a matriz indicativa da sua proveniência. Parece mesmo que estava desde 1485 ligado aos impressores de Hajar (Aragão). Algumas das obras judaicas impressas em Portugal são de judeus espanhóis. Todos imprimiram em hebraico e só Abraão d'Ortas imprimiu em Latim o *Almanach perpetuum* (1496) do judeu Abraão Zacuto.

E evidente o carácter religioso dos livros impressos em hebraico: ou se trata de livros bíblicos ou de livros relacionados com a explicação do texto sagrado e as práticas da religião. Esta promissora tarefa dos judeus impressores terminou com a sua expulsão de Portugal pelo rei D. Manuel em Dezembro de 1496.

## 2 — Os incunábulos latinos

Nos primórdios da imprensa predominam na Europa os incunábulos latinos. Esta predominância do latim explica-se facilmente pelo gosto clássico da Renascença e pela influência da Igreja Católica que fazia do latim a sua língua oficial. As línguas vernáculas europeias, ainda em período de formação e afirmação, não se prestavam para divulgação das ciências do tempo. O latim, considerado como língua comum e clara, era, efectivamente, o veículo da cultura e o difusor da Filosofia, da Teologia, do Direito e da Medicina.

Os incunábulos latinos em Portugal até 1500 são apenas nove.

— 4 são livros de carácter e uso litúrgico: *Breviarium Bracharense*, Braga, impresso por João Gherlinc (12/XII/1494); *Votivale missarum secundum ritum romane curie*, Lisboa, impr. por Valentim de Morávia (10/III/1496); *Breviarium ad ritum et consuetudinem alme compostellane ecclesie*, Lisboa, impr. por Nicolau de Saxónia (31/V/1497); *Missale secundum ritum et consuetudinem alme bracharensis ecclesie*, Lisboa, impr. por Nicolau de Saxónia (20/VI/1498).

— 3 são livros de carácter pedagógico-didático, fazendo parte das célebres «Grammaticae Pastrane»: *Materiarum editio a Petro Rombo ex Baculo cecorum* (2.ª parte da Grammatica Pastrana), Lisboa, impr. por Valentim Fernandes de Moravia (27/V/1497), *Materie Antonii Martini a Baculo cecorum* (3.ª parte da Grammatica Pastrana), Lisboa, impr. por Valentim Fernandes de Moravia (20/VI/1497); *Thesaurus pauperum sive*

*Speculum puerorum editum a magistro Johanne de Pastrana* (1.<sup>a</sup> parte da Grammatica Pastrana), Lisboa, impr. por Valentim Fernandes de Morávia (1497?).

— 1 livro de carácter científico, feito por um judeu e impresso por um judeu: *Almanach perpetuum celestium motuum astronomi Zacuti*, Leiria, impr. por Abraão d'Ortas (25/II/1496).

— 1 livro de carácter literário-humanístico: *Epistola et orationes quedam Cataldi Siculi*, Lisboa, impr. por Valentim Fernandes de Morávia (21/II/1500).

Como se vê, são obras especializadas, de uso bem determinado. São encomendadas com objectivos funcionais por bispos ou pelos Estudos Gerais ou com o patrocínio da Coroa. De salientar que os impressores Valentim Fernandes de Morávia e João Gherlinc são estrangeiros, que podemos classificar como alemães. É de estranhar a ausência de textos bíblicos; talvez que a Bíblia latina, impressa noutras partes da Europa, circulasse em Portugal com relativa abundância.

3 — *Os incunábulos portugueses*. São oito livros, tematicamente assim repartidos:

— 2 de literatura piedosa e cavaleiresca: *A quarta parte do livro de Vita Christi*, Lisboa, impresso por Nicolau de Saxónia e Valentim de Morávia (14/V/1495); *A primeira parte do livro de Vita Christi* (14/VIII/1495); *A segunda parte do livro de Vita Christi* (1/IX/1495); *A terceira parte do livro de Vita Christi* (20/XI/1495). Todas juntas formam a belíssima e notável *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia. *Estoria de muy noble Vespasiano emperador de Roma*, Lisboa, impr. por Valentim de Morávia (20/IV/1496).

— 2 são livros de carácter moralístico e pastoral: *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial (Chaves, impresso por mestre João de Oviedo, Rodrigo e Gonçalo, 18/IV/1488?); *Tratado de Confissom*, Chaves, (8/VIII/1489).

— 2 são livros de índole jurídico-disciplinar: *Constituições que fez o Senhor dom Diogo de Sousa bispo do Porto*, Porto, impr. por Rodrigo Álvares, (4/I/1497); *Certificado de indulgências de Inocência VIII*, Braga, impr. por João Gherlinc (1492?).

— 1 é um livro sagrado da religião católica, parte do Novo Testamento: *Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*, Porto, impr. por Rodrigo Álvares (25/X/1497).

— 1 é um livro de carácter higiénico-medicinal: *Regimento proveitoso contra ha pestenença*, Lisboa, impr. por Valentim de Morávia (1496?).

É aqui que nos aparece o primeiro impressor português, Rodrigo Álvares, natural de Vila Real mas a trabalhar na cidade do Porto.

Os outros dois impressores são alemães, que já imprimiam em latim. *João Gherlinc* era um tipógrafo itinerante que trabalhou sucessivamente em Barcelona, 1496, Galiza, Braga, 1492-1494 e Salamanca.

*Valentim Fernandes de Morávia*, a actual Checoslováquia, veio de Sevilha (1493) e demorou-se longamente em Portugal. Ao serviço do nosso país terá ido a África e morreu em 1519. Foi o único alemão que adaptou o seu nome ao idioma português. A ele se deve o melhor incunábulo em língua portuguesa, precioso pelos tipos e pelas gravuras, a célebre *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, impresso a expensas da rainha D.<sup>a</sup> Leonor, viúva do rei D. João II. Em 1512 imprimiu as *Ordenações* do rei D. Manuel.

Quanto aos dois primeiros incunábulos em português, impressos em Chaves, vários problemas se levantam: 1.º Quem é o autor do *Tratado de Confissom*? Quem são os impressores do *Sacramental*? Porquê a impressão em Chaves? São estas três questões que nos levariam longe. Fiquemos, e rapidamente, com a terceira questão.

**III Porquê a impressão em Chaves?** Está mais que provado que os primeiros impressores que chegaram a Portugal vinham de Espanha.

O primeiro é o judeu Samuel Gacon (porteiro) que se fixa em Faro. E a razão é fácil de descobrir. Em Espanha, após o Manual inquisitorial de Torquemada (1484), adivinhava-se a perseguição aos judeus. Um judeu esperto e atento, desprendido de terras mas afeito ao trabalho, deveria pôr-se a caminho. Foi o que fez Samuel Gacon com sua família, romando de Sevilha, no sul de Espanha, para Faro, no sul de Portugal. Faro era então a primeira população portuguesa importante, quase na fronteira, e porto de mar movimentado quer para o comércio com Espanha e o Mediterrâneo quer para o norte de África. Foi, portanto, por estar perto de Espanha e ser vila fronteiriça, que Faro atraiu os impressores judeus, os quais, depois, avançaram para Lisboa e Leiria.

Mas Chaves, como? Aventou-se a hipótese de Chaves ser lugar de passagem para os muitos peregrinos que, vindo do Nordeste, por

<sup>6</sup> ANSELMO, Artur — *Valentim Fernandes ou mediação na alteridade* «Revista da Biblioteca Nacional», Lisboa, Série 2, Vol. 2, N.º 2, 1987, 43-49.

Bragança, se dirigiam a Espanha. É certo que Chaves era e é povoação fronteiriça, mas não foi sede primeira da imprensa em português por ser lugar de passagem e albergaria de peregrinos para Compostela. De facto, se o arcebispo de Braga, D. João Peculiar (+1175) ali construiu uma albergaria para peregrinos de São Tiago, contudo os livros impressos em Chaves destinavam-se ao clero e não aos peregrinos. Tão pouco parece dever-se a imprensa em Chaves à acção dos franciscanos, como se o livro do *Tratado de Confissom* fosse de inspiração franciscana e mandado imprimir pelos franciscanos do vizinho convento espanhol de S. Francisco de Monterrey.

Quer-nos parecer que a impressão dos dois incunábulos em Chaves se fica a dever à acção dos arcebispos de Braga. É sabido que o arcebispo de Braga tinha bastantes interesses na zona de Chaves, a começar pelo vizinho couto de Ervededo. Tinha mesmo havido uma contenda entre o Arcebispo de Braga e o Duque de Bragança, com casa em Chaves, por causa de impostos e dízimos. Entretanto, os arcebispos queriam honrar Chaves por causa da sua bela igreja Matriz de Santa Maria de Chaves. Nesse sentido, o arcebispo D. Fernando Guerra já em 1434 providenciara para que ali se criasse a Colegiada de Chaves com 4 beneficiados. Por sua vez o arcebispo D. Luís Pires (1468-1480), que se arrogara pela primeira vez o título de «Senhor de Braga e Primás das Espanhas», determinara através dos sínodos de 1470 e 1477 que se fizesse a reforma das normas litúrgicas e das Constituições. Seria, porém, D. Jorge da Costa (1486-1501), irmão do Cardial Alpedrinha, quem, logo no Sínodo diocesano de Dezembro de 1486, havia de ordenar a impressão de livros para serviço da diocese. Creio, por conseguinte, ser neste contexto e na sequência desta determinação que se deve explicar a impressão do *Sacramental* (1487) e do *Tratado de Confissom* (1488). Não faz sentido, como já disse, explicá-la por interferência de franciscanos, por mais que, no texto do *Tratado de Confissom* se fala do «nosso Pai S. Francisco». É uma tese imaginativa, certamente, e com base cultural, mas pouco realista. Não atende ao conteúdo moralista e liturgicizante dos ditos livros que, indiscutivelmente, os destinava ao clero da arquidiocese de Braga a quem incumbia a missão de formar os fiéis. De facto, os ditos livros não são obras para o grande público mas para o clero e inserem-se no contexto da reforma do clero diocesano iniciada pelo arcebispo D. Fernando Guerra (+1467). De resto, o Prof. Doutor José Marques julga, e com razão quanto a nós, ter encontrado no próprio texto o fundamento desta argumentação: «quem celebra em outra guysa se nom como

celebra a ygreia arçobispal»<sup>7</sup>. Trata-se, portanto, de obra de clero para o clero.

A razão da impressão em Chaves deve-se, com certeza, à facilidade de fazer vir, ali, mesmo na fronteira, alguns impressores itinerantes de Espanha. Recorde-se que o itinerante João Gherlinc há-de chegar mesmo a Braga em 1494.

O cólofon do *Tratado de Confissom* diz claramente, sem margem para dúvidas, que foi impresso em Chaves, mas não diz por ordem de quem. Contudo, o suposto cólofon do *Sacramental*, transmitido mais tarde pela leitura de António José Ferreira de Sousa, Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa, fornece dados esclarecedores, quando bem corrigido e compreendido<sup>8</sup>. O dito senhor lia «Libro ita patrato clavib' jtanis per jusu Gundisalvi a magistro Johane Ovietesi Roderico ac Gudisalvo hujus operis compositorib' Anno dñi mº quattuorcesimo L XXXVIII Mense aprilis XVIII. de». Suponho que ele desdobrou, talvez erradamente a sigla *G.* por *Gundisalvi*, com o Doutor Marques prefiro e julgo que devia ler *Georgii*, e, então, teríamos, lendo tudo: «Libro ita patrato Clavibus [lus]itanis per jusu Georgii a magistro Johane Ovietesi, Roderico ac Gudisalvo hujus operis compositoribus anno Domini Millesimo quattuorcesimo octogesimo octavo mense Aprilis decima octava die». Teríamos, assim, que o livro foi impresso em Chaves por ordem de D. Jorge da Costa, arcebispo de Braga pelo mestre João de Oviedo, Rodrigo e Gonçalo no dia 18 de Abril de 1488.

Sem afirmarmos de maneira apodítica a adesão a estes dados, colhidos de fonte indirecta, nada custa aceitar que o arcebispo de Braga por meio dos clérigos da Colegiada de Chaves se tenha servido de impressores itinerantes de Oviedo, fazendo-os vir à cidade fronteiriça de Chaves. Deste modo, a maior e melhor diocese de Portugal fazia a descoberta da imprensa que, no ano anterior, chegara a Faro, e punha-a, desde logo, ao serviço da religião e da pastoral da fé.

**IV Conclusão.** Atendendo aos primeiros incunábulo impressos em Portugal, deve afirmar-se o seu carácter religioso e didáctico. São obras da religião judaica e da religião cristã, ao serviço das respectivas

---

<sup>7</sup> MARQUES, José — *Tratado de Confissom. Novos dados para o seu estudo*, Vila Real, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real — Instituto Portugues do Património Cultural, 1986.

<sup>8</sup> HORCH, Rosemarie Erika — *Artigo citado*, pp. 10-12.



fés. São obras em grande parte importadas de autores estrangeiros e impressas por estrangeiros<sup>9</sup>.

Para os judeus do último quartel do século XV, dispersos e apátridas, o trabalho tipográfico em Portugal, mais que um negócio rendoso, comercial, valeu pelo serviço à sua religião e cultura. Estas foram a razão determinante da adesão a uma profissão cujo resultado imediato era favorecer o judaísmo, mal visto e perseguido, e acrescentar a consciência do povo eleito. A tipografia aparecia como um instrumento de defesa da prática judaizante e de propaganda proselitista; ela funcionava como um talismã esotérico para consumo interno e fortalecimento dos judeus. Poderíamos mesmo dizer que, com a invenção da imprensa, os judeus em Portugal se fecharam na torre de marfim ou ghetto da sua pretensa superioridade ideológico-religiosa; eles procuraram, sobretudo, cimentar a sobrevivência da sua religião e da sua cultura ameaçadas. O tempo de perseguição, que se desenhava no horizonte, não lhes permitiu abrir-se com interesses económicos, facilmente previsíveis, à impressão de obras pragmático-funcionais em latim e português. Não posso concordar simplesmente com a afirmação de Américo Cortez Pinto de que a imprensa hebraica entre nós tenha sido «retrógrada e fanática, cega e surda a toda a efervescência dum mundo novo em gestação»<sup>10</sup>. O que quero bem sublinhar é que a imagem tradicional do judeu comerciante e onzeneiro cede, neste ponto, à do judeu crente e religioso; o móbil religioso era para eles primordial e essencial<sup>11</sup>; faltou-lhes o tempo para a compensação económica, porque, quando em 1496 um impressor judaico ao serviço da coroa publicava para utilidade dos navegantes portugueses o *Almanach perpetuum* do judeu Abraão Zacuto, logo o rei D. Manuel os expulsou cortando toda a actividade tipográfica posterior.

Quanto aos incunábulo portugueses e latinos mais uma vez há que realçar o seu carácter religioso: devocional, litúrgico, moral e jurídico. Apenas as *Gramaticae Pastranae* e as obras de Cataldo Sículo revelam um carácter literário, pedagógico, e, conseqüentemente, uma possível dimensão comercial; e só o *Almanach perpetuum* de Abraão Zacuto

---

<sup>9</sup> ANSELMO, Artur — *Os primeiros impressores que trabalharam em Portugal*, Revista da Biblioteca Nacional», Série 2, Vol. 2, N.º 2, 1987, 7-14.

<sup>10</sup> PINTO, Américo Cortez — *Da famosa arte da imprimeção*, Lisboa, Ulisseia, 1948, 178-180.

<sup>11</sup> TAMANI, Giuliano — *Tipografia ebraica a Soncino, 1483-1490*, Soncino, Edizioni dei Soncino, 1988.

podia apresentar algum interesse para o espírito geográfico-científico que então animava os portugueses.

Quanto aos patrocinadores das edições aparecem bispos diocesanos, os Estudos Gerais e particulares; o rei e a coroa mal aparecem. Assim se explica, para a maioria destes livros, o objectivo confessional, religioso, em que o aspecto económico, comercial fica relegado para segundo plano.

Eis porque se pode afoitamente dizer que judeus e cristãos, bispos e leigos como a rainha D.<sup>a</sup> Leonor, o que visavam com a edição destes livros era o acrescentamento da fé e a reforma moral. Logo, os primórdios da imprensa em Portugal ficam a dever-se a motivos religiosos; era a religião a primeira a descobrir a importância e o alcance cultural da Imprensa, e a sua mola accionadora era indiscutivelmente do foro da religião.

O estado português, melhor dito a Coroa, ocupado e preocupado com a tarefa das descobertas para «dar mundos ao mundo», não parece, no imediato, ter sabido aproveitar o impacto da Imprensa. Culturalmente, não pôde, pois, espalhar pela velha Europa não só as descobertas de novas terras como até os conhecimentos que daí advieram e tornaram o espírito geográfico português criador e credor do espírito científico moderno. Pelo contrário, logo em meados do século XVI, veremos o poder estatal preocupado com o contra-poder que a Imprensa representava. E é assim que o rei D. João III, em 1536, pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição vai impor um travão à Imprensa tentando controlar e até impedir a criatividade e renovação cultural dos espíritos.

Durante séculos, os judeus que tinham introduzido entre nós a Imprensa, expulsos, não mais a puderam fazer render. Ficou só a religião católica que, infelizmente, não pôde libertar-se da tutela inquisitorial e, com a liberdade cristã, pôr a frutificar este maravilhoso invento cultural. Afinal, a ideologia religiosa promoveu a Imprensa em Portugal mas também a ideologia religiosa a limitou e cerceou.